

Especialista questiona tamanho da área rural brasileira

De acordo com a professora Tania Bacelar, da UFPE, os critérios usados pelo IBGE podem estar subestimando o número de habitantes do campo. **4**



Leonilde Medeiros, Andrea Butto, Manuel Otero, Cristovam Buarque, Tania Bacelar e Jan Bitoun em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Lia de Paula/Agência Senado

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.903 — Brasília, segunda-feira, 1º de julho de 2013



Votações de passe livre e ficha limpa atendem clamor das ruas

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores pretendem cumprir em 15 dias as votações prioritárias. Caso necessário, será suspenso o recesso de julho

Pauta de amanhã do Plenário inclui temas classificados como prioritários pelos senadores depois das recentes manifestações pelo país. Destinação de royalties para saúde e educação também está pronta para ser decidida

Nesta semana o Senado avança na pauta emergencial estabelecida para responder aos protestos realizados em todo o Brasil. Estão na ordem do dia o passe livre estudantil, a exigência de ficha limpa para nomeação de servidores públicos e a destinação de royalties do petróleo para educação (75%) e saúde (25%).

Também têm urgência o projeto que obriga o repasse de gorjetas a garçons e o que inclui a advocacia no Simples Nacional. Os textos devem ser votados antes que a pauta seja trancada pela MP 611/2013, que abre crédito para atender atingidos pela seca.

Em Plenário, senadores comentaram a ideia de fazer um plebiscito sobre reforma política. **3**

Relator comemora aprovação de lei geral para concurso público **2**

Renan assina ato para reestruturar Semana da Primeira Infância **2**

Projeto que reduz tarifa tem análise final amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos deve concluir amanhã a votação do projeto que pode diminuir em até 15% as passagens de ônibus por meio de redução da carga tributária, com a adoção de regime especial de incentivos. **4**



Proposta prevê benefícios fiscais condicionados à implantação do bilhete único para ônibus

Pedro França/Agência Senado

**O SENADO VOTOU.
AGORA É LEI**
Lei 12.810/2013



MAIS CRÉDITO PARA SUA REGIÃO

O Congresso aprovou a Lei 12.810/2013, que permite aos estados e municípios renegociar e parcelar suas dívidas com a Previdência Social. Isso contribui para o desenvolvimento de sua região. Governadores e prefeitos têm até o dia 30 de agosto de 2013 para repactuar as dívidas previdenciárias.

saiba mais em:
www.senado.leg.br



Secs | Criação e Marketing

Senador exalta lei que dá transparência a concursos

Rodrigo Rollemberg, relator do projeto da Lei Geral dos Concursos, diz que texto aprovado quinta, na CCJ, visa garantir direitos de candidatos e já incorpora critérios da ficha limpa para ingresso no serviço público

RELATOR DO PROJETO da Lei Geral dos Concursos (PLS 74/2010), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou que a iniciativa incorpora “os mesmos critérios para ingresso no serviço público exigidos pela Lei da Ficha Limpa”.

O texto, aprovado quinta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), seguirá para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

— Vamos votar na semana que vem [nesta semana] projeto de Pedro Simon [PMDB-RS] que define esses critérios. E, na Lei Geral dos Concursos, estamos aplicando os mesmos critérios — ressaltou.

Segundo Rollemberg, a lei será capaz de minimizar as dificuldades enfrentadas por quem presta concurso e “se



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Rollemberg, iniciativa dialoga com projeto a ser votado nesta semana

depara com editais malformulados ou editais e bancas arbitrárias”.

— O Senado está atendendo ao interesse de milhões de brasileiros que desejam ingressar no serviço público e querem regras transparentes, que regulamentem a realização de concursos — afirmou.

A proposta determina também que os editais sejam

publicados no *Diário Oficial da União* e na internet pelo menos 90 dias antes da primeira prova, estabelece que a taxa de inscrição será de no máximo 3% da remuneração inicial, estipula prazo mínimo de cinco dias para a apresentação de recursos e amplia para 10% o número de vagas destinadas a pessoas com deficiência.

Juristas querem adiar projeto sobre arbitragem

A comissão de juristas que estuda mudanças na Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996) vai pedir aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que não se coloque em votação um projeto já existente sobre o assunto. O PL 4.827, da ex-deputada Zulaide Cobra, apresentado em 1998, foi aprovado pelo Senado em 2006 e aguarda nova votação na Câmara para seguir à sanção.

Segundo o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luís Felipe Salomão, o objetivo dos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão de juristas sobre nova Lei de Arbitragem em reunião na sexta-feira

juristas é buscar uma convergência entre o trabalho que estão realizando, aquele projeto e o Ministério da Justiça.

— Eu pediria a eles [Renan e Henrique Alves] que aguardassem o nosso trabalho.

Ali na frente nós tentaremos a convergência dos pontos principais — sugeriu.

A comissão, que se reuniu sexta-feira, tem até outubro para entregar proposta de atualização da lei. (*Rádio Senado*)

Renan reestrutura Comissão da Primeira Infância

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou sexta-feira ato que reestrutura a Comissão da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Agora, a comissão terá as funções ampliadas para sensibilizar a sociedade sobre questões legislativas importantes para garantir o

desenvolvimento da criança nos primeiros seis anos de vida. Este ano, a sétima edição terá como tema “A resiliência e a importância para a capacitação dos cuidadores”, que aborda o cuidado que os profissionais da saúde devem ter para lidar com as crianças em casas de acolhimento.



Wilson Dias/ABR

Ato assinado por Renan Calheiros amplia as funções do grupo

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Debates

14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos dos senadores.

CDH Juventude africana

9h Audiência na Comissão de Direitos Humanos debate o tema “O renascimento africano: olhar da juventude africana”, em comemoração ao Mês da África.

COMUNICAÇÃO SOCIAL EBC

11h30/17h Conselho de Comunicação Social debate com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a atuação da empresa e o planejamento para 2012–2022.

CCJ Aposentadoria compulsória

14h Limite de idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CAE Unasul

19h Debate sobre a União de Nações Sul-Americanas, relações comerciais, infraestrutura e integração do continente. Participa o presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul, José Carlos de Assis.

TERÇA

CMA Aviso no comércio

8h30 Entre 13 itens, projeto que torna crime a afixação de aviso de isenção de responsabilidade por danos ocorridos no estabelecimento comercial.

CCT Desenho industrial

9h Entre outros, projeto que amplia de 180 dias para até um ano prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial.

CAE Passagens de ônibus

10h Votação de projeto que reduz passagens de ônibus. Antes, lançamento da 16ª edição da revista *Em Discussão!*, sobre dívidas de estados e municípios.

CE Dirigentes esportivos

10h30 Exame de projeto que limita mandatos de dirigentes de entidades esportivas e outro que trata de práticas de gestão democráticas na educação superior e na educação básica.

CÓDIGO PENAL Paz pública

14h30 Audiência sobre crimes contra a paz pública, crimes relativos a estrangeiros, contra direitos humanos e de guerra.

QUARTA

CI Aeroportos

7h30 Debate sobre aeroportos e multimodalidade, no ciclo de palestras sobre investimento e gestão. Na primeira parte da reunião, aposição de retrato de Lúcia Vânia na galeria de ex-presidentes da CI.

CCJ Direitos autorais

9h Sabatina de Rubens Curado Silveira, indicado para o Conselho Nacional de Justiça. Votação de projeto de lei que estabelece novas regras para cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos autorais de obras musicais e audiovisuais.

CCT Banda larga

9h Com a participação do público pela internet, audiência pública interativa sobre qualidade dos serviços de telecomunicações móveis, fixas e de banda larga.

CAS Isenção de IR para aluguel

9h O primeiro item da pauta da comissão é o projeto que isenta de Imposto de Renda despesas com aluguel e prestações de financiamento habitacional.

CDR Desenvolvimento do Entorno

9h Em análise, projeto que inclui os municípios de Alto Paraíso e São João d'Aliação, em Goiás, na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride).

CONGRESSO Novo portal

11h Lançamento do Portal do Congresso Nacional.

QUINTA

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Relatório

9h Discussão e apreciação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher.

CRE Mercosul e Aliança do Pacífico

10h Audiência para debater a situação comercial entre Brasil e Argentina, negociações extrarregionais do Mercosul e a criação do bloco Aliança do Pacífico. Foi convidado o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

CAS Regras para planos de saúde

10h30 Audiência para instruir projeto que altera a lei que institui regras sobre elaboração de planos de saúde e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores do SUS.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla

Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Plenário avalia nesta semana temas que ganharam prioridade para atender as reivindicações das manifestações populares que tomaram as ruas do país nas últimas semanas



Senadores pretendem cumprir a pauta de votações prioritárias do Plenário, com temas como saúde, educação e transporte

Ficha limpa e passe livre prontos para votação

A ORDEM DO dia do Plenário para amanhã inclui boa parte da pauta emergencial estabelecida pelos senadores para atender as mobilizações populares das últimas semanas. A destinação de royalties para saúde e educação, o passe livre estudantil e a exigência de ficha limpa para nomeação de servidores públicos são algumas das propostas prontas para serem votadas.

Um dos primeiros itens é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2012, de Pedro Taques (PDT-MT), que estende a exigência de ficha limpa aos servidores públicos comissionados. A PEC proíbe pessoas em situação de inelegibilidade, nos termos da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), de

assumirem cargo em comissão ou função de confiança na administração pública.

Condenados pela Justiça em segunda instância e profissionais cassados por conselhos profissionais poderão ser impedidos de assumir cargos de confiança nos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Saúde e educação

Também está na pauta o Projeto de Lei da Câmara 41/2013, que destina para a educação e a saúde parcela da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. A proposta foi aprovada pela Câmara na semana passada na forma de

um substitutivo do deputado André Figueiredo (PDT-CE). O texto original, do Executivo, destinava 100% dos royalties à educação pública, com prioridade para a educação básica. Os deputados alteraram a medida para distribuir 75% dos recursos à educação e 25% à saúde.

O projeto prevê o uso de recursos dos royalties e da participação especial dos contratos, inclusive dos já existentes, desde que os poços tenham entrado em operação comercial depois de 3 de dezembro de 2012. A expectativa dos parlamentares é que a medida aumente os recursos públicos à disposição da educação e da saúde de R\$ 25,8 bilhões para R\$ 335,8 bilhões ao longo de dez anos (de 2013 a 2022).

Proposta de passagem grátis para estudantes surgiu após protestos

Para quarta-feira, o primeiro item da pauta é o PLS 248/2013, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que institui o Programa Passe Livre Estudantil, com gratuidade no transporte coletivo local para estudantes do ensino fundamental, médio ou superior. Os recursos virão dos royalties do

pré-sal, da parte destinada à educação. Renan disse que o projeto, apresentado em resposta aos protestos recentes, surgiu da constatação de que o transporte público é precário, ineficiente e caro, dificultando a situação, principalmente, dos estudantes sem renda própria.

Projetos sobre garçons e advogados têm urgência

Outros dois projetos em regime de urgência também estão na pauta: o que obriga o repasse de gorjetas aos garçons (PLC 57/2010) e o que inclui a advocacia no regime simplificado de tributação, o Simples Nacional (PLS 105/2011).

Pelo PLC 57, bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares que incluam taxa de serviço ou adicional nas contas passam a ficar

expressamente obrigados a repassá-los aos empregados — com Imposto de Renda e contribuição previdenciária. Há multa para o empregador que não transferir os valores no prazo fixado.

O projeto do Simples inclui os serviços advocatícios prestados por micros e pequenas sociedades de advogados entre os que podem optar pelo regime especial de tributação.

MP da Seca tranca a pauta quando chegar ao Senado

Os projetos devem ser votados enquanto não chega ao Senado a Medida Provisória 611/2013, aprovada dia 25 na Câmara, que dá crédito extraordinário de R\$ 3,53 bilhões aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional para atender atingidos pela seca.

Os deputados retiraram do texto trecho que destinava ao Ministério das Comunicações R\$ 43 milhões para serviços de tecnologia da informação e telecomunicações, como transmissão de vídeo na Copa das Confederações 2013 e na Copa do Mundo 2014, devido aos protestos nas ruas.

Aloysio Nunes: Dilma quer desviar atenção de problemas do país

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que a proposta da presidente Dilma Rousseff de um plebiscito sobre a reforma política tem como objetivo desviar a atenção dos brasileiros sobre os reais problemas do país.

O senador afirmou que o pano de fundo das manifestações é o descontentamento com a crescente inflação. Ele observou que o Banco Central elevou, na quinta-feira, de 5,7%, para 6% a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2013 e derrubou a projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) para este ano de 3,1% para 2,7%.

Gurgacz defende remodelagem do sistema educacional

A aprovação, pela Câmara, de projeto que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação, foi comemorada por Acir Gurgacz (PDT-RO).

— A medida, PLC 41/2013, vem ao encontro dos anseios externados nas ruas por centenas de milhares de brasileiros. Mas é preciso que, no momento em que os recursos possam ser efetivamente utilizados, estejamos prontos para alimentar um sistema educacional remodelado — disse.

O senador defendeu ainda a proposta (PLC 103/2012) do novo Plano Nacional de Educação, destinando pelo menos 10% do PIB a investimentos no setor.

Cristovam Buarque alerta para risco de plebiscito sofrer manipulação

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a criticar a ideia de um plebiscito sobre reforma política, como defende a presidente Dilma Rousseff. Ele considera o risco de a consulta ser forjada para atender interesses do governo.

— Pode vir com perguntas que terão certa manipulação, que farão as pessoas votarem com o governo — afirmou.

O senador receia que o Congresso fique obrigado a seguir o resultado, para evitar “crise de legitimidade”. Ele lamentou ter a sensação de que a educação está abandonada. E disse que Dilma ainda não se dirigiu à população para reconhecer que o governo vem errando.

Simon pede que Dilma converse com governadores, parlamentares e Temer

Antes de tomar medidas em resposta às manifestações, Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou à presidente Dilma Rousseff que reúna-se com o vice-presidente da República, Michel Temer; os presidentes do Senado, Renan Calheiros; e da Câmara, Henrique Alves; os líderes partidários; e governadores. O senador criticou o fato de Dilma anunciar propostas, como uma constituinte específica e um plebiscito, sem consultar as autoridades e, depois, ter de retirar as decisões. Para Simon, é preciso chegar a um entendimento sobre o que é “absolutamente necessário” fazer e realmente colocar em prática.

Para Jucá, reforma política é complexa e consulta popular será um desafio

O plebiscito será um desafio porque a reforma política é complexa, segundo Romero Jucá (PMDB-RR). Ele lembrou que em alguns estados ainda está sendo feito o recadastramento biométrico do eleitor e que o tempo é muito curto para que a reforma seja feita antes das próximas eleições.

— Há uma matriz de vários assuntos que podem redundar em cinco, seis, oito, dez frentes parlamentares que defendam modelos diferentes.

A rejeição da PEC 37/2011, que retirava poderes de investigação do Ministério Público, foi elogiada pelo senador como uma resposta às manifestações populares.



Aloysio lamenta alta na estimativa de inflação e queda na do PIB



Acir Gurgacz: “Sem planejamento, novos recursos serão desperdiçados”



“A candidata Dilma não deixa a presidente agir”, diz Cristovam



Senador critica Dilma por anunciar propostas sem consultar autoridades



Jucá elogia a rejeição da PEC 37 como resposta do Congresso às ruas

População rural do país pode ser o dobro do que dizem números oficiais

Estudiosos apontam divergência entre metodologias usadas pelo IBGE e pela Cepal. Segundo eles, releitura ajuda a orientar políticas públicas

A POPULAÇÃO QUE vive no meio rural do país pode ser o dobro do que apontam os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A revelação foi feita na sexta-feira pela professora Tania Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em debate na Comissão de Agricultura (CRA). Ela ressaltou a importância da releitura para a formulação de novas políticas públicas.

A professora, que integra a coordenação do *Estudo sobre a Ruralidade no Brasil Atual*, desenvolvido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e universidades brasileiras, citou a metodologia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Com base em critérios diferentes dos utilizados pelo IBGE, a Cepal calcula que 36,2% dos brasileiros vivem no campo, em contraste com os 18,8% estimados pelo instituto.

Para tipificar área rural, a Cepal usa critérios como densidade demográfica de menos



Tania Bacelar fala ao lado de Leonilde Medeiros (E), Andrea Butto, Manuel Otero, senador Acir Gurgacz e Jan Bitoun

de 150 habitantes por quilômetro quadrado. Também considera que ao menos 35% da população economicamente ativa (PEA) esteja ocupada no setor agropecuário.

Vinculado à UFPE, o professor Jean Bitoun afirmou que, na nova tipificação, é mais adequado trabalhar com o conceito de regiões, em lugar de municípios. Ele disse que há regiões essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas. Ele reconhece que a população brasileira é muito concentrada nas regiões urbanas, mas principalmente ao redor

das grandes metrópoles: 376 municípios concentram mais de 100 milhões de habitantes.

Já a professora Leonilde Medeiros, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), citou a falta de dados sobre a propriedade de terra para concluir que a concentração fundiária brasileira tende a transformar o campo num grande deserto. Responsável por uma equipe que define os marcos jurídicos das noções de rural e urbano, a professora lembrou que raramente os planos diretores dos municípios brasileiros tratam da área rural.

A Secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andrea Butto, disse que as estatísticas assinalam uma estagnação do êxodo rural no Brasil, graças às políticas sociais do governo do PT.

Manuel Otero, representante do IICA no Brasil, afirmou que o estudo ajuda a levantar a autoestima dos produtores rurais.

Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou a possibilidade de implantar um modelo que não expulse as pessoas do campo, ofertando empregos, saúde e educação.

Integração comercial sul-americana é tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate hoje, às 19h, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), relações comerciais, financiamento da infraestrutura e a integração do continente. A Unasul é formada pelos 12 países da América do Sul. O objetivo é promover articulação cultural, social, econômica e política.

O debate integra ciclo de audiências proposto por Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Armando Monteiro (PTB-PE) e Delcídio do Amaral (PT-MS). Entre os convidados, a assessora da Secretaria-Geral da Unasul, Monica Bruckmann.

Comissão debate visão dos jovens sobre o renascimento africano

Com o objetivo de debater o tema “O renascimento africano: olhar da juventude africana”, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública hoje, a partir das 9h. A realização do debate atende requerimento de Paulo Paim (PT-RS).

Redução de passagem vai a votação amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) conclui amanhã a votação do projeto que pode diminuir em até 15% as passagens de ônibus por meio de redução da carga tributária, com o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). A proposta (PLC 310/2009) foi aprovada em primeiro turno no dia 26. O projeto dá benefícios fiscais, alguns previstos nas MPs 612/2013 e 617/2013, condicionados à implantação do bilhete único.

Substitutivo do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), amplia os benefícios ao reduzir de 2% para 0,5% a contribuição patronal à seguridade social e a redução a zero do PIS-Pasep e da Cofins na aquisição de insumos. É prevista a possibilidade de municípios e estados que aderirem ao Reitup reduzirem a zero alíquotas do ISS sobre passagens e do ICMS sobre óleo diesel, chassis, carrocerias, veículos, pneus e câmaras de ar do transporte coletivo.

Lindbergh acolheu emendas de Roberto Requião (PMDB-

PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para que concessionárias em cidades com mais 500 mil habitantes tenham auditoria externa independente para laudo na internet.



Lindbergh apresentou substitutivo que reduz a zero PIS-Pasep e Cofins

Câmara inicia processo de cassação do mandato de Donadon

Mesmo sem diploma de curso superior, o deputado federal Natan Donadon (RO) tem direito a cela individual em razão do cargo. A Câmara, no entanto, já deu início ao processo de cassação do mandato. Encaminhado sexta-feira ao Complexo Penitenciário da Papuda (DF), Donadon cumprirá pena de 13 anos, 4 meses e 10 dias de prisão por peculato e formação de quadrilha.



Arquivo/Gráfico/Câmara dos Deputados

O deputado se entregou à Polícia Federal em uma parada de ônibus, na Asa Sul de Brasília, acompanhado de advogado. Esse é o primeiro caso de um deputado preso durante o mandato desde a promulgação da Constituição de 1988. A prisão foi ordenada pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou um segundo recurso do réu, acusado de desviar recursos da Assembleia Legislativa de Rondônia.

Ferramentas de Transparência e Controle Social

É fácil ficar sabendo

O Senado disponibiliza ao cidadão diversas ferramentas de transparência e controle social, dentre elas:

- Lista de perguntas frequentes;
- Formulário para solicitação de informações;
- Ouvidoria;
- Siga Brasil, um sistema de pesquisa sobre o orçamento público; e
- Dados Abertos, informações obtidas e editadas em formato aberto.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia

SENADO FEDERAL